

DIÁRIO **OFICIAL**



Prefeitura Municipal
de
Tucano



ÍNDICE DO DIÁRIO

LEI

LEI 443/2020

AVISO

AVISO

DECRETO

DECRETO N° 143/2020

DECRETO

PORTARIA

PORTARIA N° 223/2020

PORTARIAS



LEI

LEI 443/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO

LEI Nº 443, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Revoga, altera e acrescenta dispositivos às Leis nº 090 de 2002, 145 de 2007 e 376 de 2017 de Tucano, Bahia e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal de Tucano, subunidade federativa do Estado da Bahia, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a tabela constante do art. 38 da Lei nº 145 de 2007.

Art. 2º - Fica revogado o art. 54-A introduzido na Lei nº 090 de 2002 pelo art.13 da Lei nº145 de 2007.

Art. 3º - Fica acrescido à Lei Municipal 090 de 2002 o art. 81-A, com a seguinte redação:

81-A - *Considera-se estabelecida no Município, devendo ser inscrita de ofício no Cadastro Geral de Atividades, quando não respeitado o prazo previsto no art. 81, a pessoa física ou jurídica que se enquadre em pelo menos uma das situações abaixo indicadas:*

- I** - *permanência de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução de atividades no município;*
- II** - *existência de estrutura organizacional ou administrativa instalada neste Município;*
- III** - *posse ou utilização de torre para quaisquer transmissões ou atividade, localizada neste Município;*
- IV** - *possua caixa eletrônico localizado neste Município;*
- V** - *inscrição em órgãos previdenciários, associações de classe, sindicatos e afins, e outros órgãos governamentais, na qual conste indicado o endereço neste Município;*
- VI** - *indicação como domicílio fiscal, neste Município, para efeito de outros tributos e/ou contribuições dos entes federativos;*
- VII** - *tenha efetuado contrato de locação de imóvel para o exercício de sua atividade ou complementar, localizado neste Município;*
- VIII** - *permanência ou ânimo de permanecer no Município para exploração econômica de atividades, exteriorizada através de indicação do endereço em*



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO

impressos, formulários, propaganda ou publicidade, conjuntamente com endereços em correspondências, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica ou água, em nome do prestador;

IX - *contratação de prestação de serviços, na forma de escritório virtual, localizado neste Município. "*

Art. 4º- Os incisos I e II do art. 207 da Lei nº 090 de 2002 passam a vigorar com as seguintes redações:.

Art. 207 -

I - *Taxa de Licença de Localização;*

II - *Taxa de Fiscalização do Funcionamento;*

.....

Parágrafo Único - Fica revogado o inciso III do art.207 da Lei nº 090 de 2002.

Art. 5º - Fica alterada a nomenclatura da Seção I do Capítulo VI, Título I do Livro II da Lei nº 090 de 2002, bem como seus arts. 208 a 213, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Seção I

Da Taxa de Licença de Localização

Subseção I

Do Fato Gerador, Sujeito Passivo e Base de Cálculo

Art. 208 - *A Taxa de Licença de Localização – TLL, fundada no poder de polícia do Município quanto ao ordenamento das atividades urbanas, tem como fato gerador as diligências e/ou os procedimentos fiscalizatórios para verificar as condições referentes à localização, controle e ordenamento das atividades urbanas para o licenciamento obrigatório, em obediência às normas administrativas constantes na legislação aplicada pelo Município.*

§ 1º - *O sujeito passivo da TLL é a pessoa física ou jurídica que pretenda fundar ou migrar estabelecimento com a finalidade de executar atividades econômicas, com ou sem fins lucrativos.*

§ 2º - *Inclui-se na incidência da taxa o exercício de atividades decorrentes de profissão, arte, ofício ou função.*

§ 3º - *Para efeito de aplicação deste artigo, considera-se estabelecimento o local, ainda que residencial, do exercício de qualquer das atividades nele abrangidas.*

§ 4º - *Consideram-se estabelecimentos distintos, para efeito de incidência da taxa:*



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em locais diferentes.

§ 5º - Considera-se ocorrido o fato gerador da TLL:

I - na solicitação de inscrição de primeiro estabelecimento;

II - na solicitação de alteração de endereço do estabelecimento; e

III - na solicitação de alteração de atividade.

§ 6º - A incidência da Taxa de Licença de Localização - TLL possui caráter antecipatório ao funcionamento do estabelecimento.

§ 7º - A liberação do Alvará de Funcionamento está condicionada à quitação da Taxa de Licença de Localização - TLL, exceto quando não ocorrer pelo menos um dos fatos geradores indicados no parágrafo quarto deste artigo.

§ 8º - O pagamento da Taxa de Licença de Localização - TLL não presume a liberação do Alvará de Funcionamento.

Art. 209 - A base de Cálculo da TLL é o custo total das atividades de fiscalização quanto ao cumprimento das normas legais previstas na legislação em vigor para a implantação de estabelecimentos, a ser rateado aos sujeitos passivos, na forma da Tabela 02-A, anexa a esta Lei.

Subseção II

Lançamento e Pagamento

Art. 210 - O lançamento da taxa será feito com base na declaração do contribuinte ou de ofício, de acordo com os critérios e normas previstos em ato do Poder Executivo.

Art. 211 - O pagamento da taxa será efetuado nos períodos e prazos fixados em ato do Poder Executivo.

Subseção III

Das Infrações e Penalidades

Art. 212 - As infrações apuradas por meio de procedimento fiscal ficam sujeitas às seguintes penalidades:

I - no valor de 70% (setenta por cento) da taxa atualizada, a falta ou insuficiência no recolhimento, no prazo estabelecido pelo calendário fiscal;

II - no valor de 50% (cinquenta por cento) da taxa atualizada, a ausência da apresentação de informações econômico-fiscais de interesse da administração tributária municipal, conforme disposto em ato do Poder Executivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO

III - no valor de 100% (cem por cento), da taxa atualizada, quando verificado o não recolhimento em face de documento, exame de escrita mercantil ou fiscal, ou elementos de qualquer natureza que a comprove.

Parágrafo único - No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas em conjunto, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

Subseção IV **Das isenções**

Art. 213 - São isentos da TLL:

- I.** os órgãos da administração direta, autarquias e fundações municipais, estaduais e federais;
- II.** a atividade de artífice ou artesão exercida em sua própria residência, sem empregado;
- III.** as entidades de assistência social, sem fins lucrativos, conforme definidas em regulamento;
- IV.** as associações de classe e as entidades sindicais dos trabalhadores;
- V.** os cegos, mutilados, excepcionais e inválidos, pelo o exercício de comércio, arte ou ofício, como pessoa física;
- VI.** os templos de qualquer culto;
- VII.** a empresa pública e a sociedade de economia mista deste município;
- VIII.** as definidas em lei municipal específica; e
- IX.** associações ligadas à cultura e à arte.

Art. 6º - Insere as Seções I-A, I-B e I-C ao Capítulo VI, Título I do Livro II da Lei Municipal 090 de 24 de dezembro de 2002, contendo os arts. 214 a 218-H, sendo alterados os arts. 214 a 218 e acrescentados os arts. 218-A a 218-H, com a seguinte redação:

"Seção I-A **Da Taxa de Fiscalização do Funcionamento**

Subseção I **Fato Gerador e Base de Cálculo**

Art. 214 - A Taxa de Fiscalização do Funcionamento - TFF dos estabelecimentos em geral, fundada no poder de polícia do Município quanto ao saneamento da cidade e ao ordenamento das atividades urbanas, tem como fato gerador o licenciamento obrigatório, bem como a fiscalização quanto ao cumprimento das normas administrativas constantes na legislação aplicada pelo Município, relativas à arrecadação dos tributos, aos costumes, ordem, tranquilidade e segurança pública.

§ 1º - Inclui-se na incidência da taxa o exercício de atividades decorrentes de profissão, arte, ofício ou função.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO

§ 2º - Para efeito de aplicação deste artigo, considera-se estabelecimento o local, ainda que residencial, do exercício de qualquer das atividades nele abrangidas.

§ 3º - Consideram-se estabelecimentos distintos, para efeito de incidência da taxa:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em locais diferentes.

§ 4º - Considera-se ocorrido o fato gerador da TFF:

I - Em 1º de Março, de cada exercício civil para contribuintes já inscritos, podendo a autoridade fiscal realizar a diligência necessária à verificação do cumprimento das normas legais a que se refere este artigo, a qualquer momento no curso do ano respectivo;

II - Na data do início da atividade, para os contribuintes que se inscreverem no curso do exercício civil, calculada proporcionalmente aos meses restantes do exercício, contados a partir do mês do pedido de inscrição, da notificação realizada por servidor competente ou da inscrição de ofício.

§ 5º - O pagamento da Taxa de Fiscalização do Funcionamento – TFF não presume a liberação do Alvará de Funcionamento.

Art. 215 - A base de Cálculo da TFF é o custo total das atividades de fiscalização quanto ao cumprimento das normas legais previstas na legislação em vigor para o funcionamento de estabelecimentos, a ser rateado aos sujeitos passivos, na forma da Tabela 02, anexa a esta Lei.

Subseção II

Lançamento e Pagamento

Art. 216 - O lançamento da taxa será feito com base na declaração do contribuinte ou de ofício, de acordo com os critérios e normas previstos em ato do Poder Executivo.

Art. 217 - O pagamento da taxa será efetuado nos períodos e prazos fixados em Ato do Poder Executivo.

Subseção III

Infrações e Penalidades

Art. 218 - As infrações apuradas por meio de procedimento fiscal ficam sujeitas às seguintes penalidades:

I - no valor de 70% (setenta por cento) da taxa atualizada, a falta ou insuficiência no recolhimento, no prazo estabelecido pelo calendário fiscal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO

II - no valor de 50% (cinquenta por cento) da taxa atualizada, a ausência da apresentação de informações econômico-fiscais de interesse da administração tributária municipal, conforme disposto em ato do Poder Executivo.

III - no valor de 100% (cem por cento), da taxa atualizada, quando verificado o não recolhimento em face de documento, exame de escrita mercantil ou fiscal, ou elementos de qualquer natureza que a comprove;

Parágrafo único - No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas em conjunto, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

Subseção IV **Isonções**

Art. 218-A - São isentos da taxa:

I - os órgãos da administração direta, autarquias e fundações municipais, estaduais e federais.

II - a atividade de artífice ou artesão exercida em sua própria residência, sem empregado;

III - as entidades de assistência social, sem fins lucrativos, conforme definidas em regulamento;

IV - as associações de classe e as entidades sindicais dos trabalhadores;

V - os cegos, mutilados, excepcionais e inválidos, pelo o exercício de comércio, arte ou ofício, como pessoa física;

VI - os templos de qualquer culto;

VII - a empresa pública e a sociedade de economia mista deste município;

VIII - as definidas em Lei Municipal específica; e

IX - associações ligadas à cultura e à arte."

Seção I-B

Das Disposições Gerais acerca da Taxa de Licença de Localização e da Taxa de Fiscalização do Funcionamento

Art. 218-B - Incidem, ainda, a TLL e TFF:

I - quando a atividade for exercida como comércio ambulante ou feirante, independentemente do preço público cobrado pela utilização de áreas de domínio público.

II - quando a atividade for exercida de forma eventual, periódica ou não.

Art. 218-B - Os estabelecimentos sujeitos à TLL e TFF deverão promover suas inscrições no Cadastro Geral de Atividades do Município, sendo uma para cada local, com os dados, informações e esclarecimentos necessários à correta fiscalização, na forma regulamentar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO

Seção I-C

Do Alvará De Funcionamento

Art.218-D - A autorização de funcionamento de estabelecimento é dada pelo Alvará de Funcionamento expedido pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, tendo como pré-requisito o parecer favorável lavrado pelas secretarias municipais e quando necessário dos órgãos de controle estaduais e federais, a serem indicados no processo de liberação, de forma específica para cada ramo de atividade requerida.

Art. 218-E - O Alvará de Funcionamento será expedido levando em consideração todas as atividades constantes no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ da Receita Federal, na Junta Comercial do Estado da Bahia, na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e no Cadastro Geral de Atividades deste município, devendo as informações serem idênticas e o funcionamento autorizado para todas elas.

§ 1º - Caso a empresa esteja impedida de desempenhar uma ou mais atividades, esta terá que retirá-la dos cadastros especificados no parágrafo anterior para obtenção do Alvará de Funcionamento.

§ 2º - No início das atividades, o pagamento da Taxa de Licença de Localização –TLL e Taxa de Fiscalização do Funcionamento – TFF do exercício vigente será pré-requisito para expedição Alvará de Funcionamento.

§ 3º - Na renovação e/ou alteração, o Alvará de que trata este capítulo, somente será expedido após a regularidade no que tange a TLL e TFF dos últimos 05 (cinco) anos, ressalvado quando não ocorrer fato gerador no período.

Art. 218-F - O alvará será sempre expedido a título precário, podendo ser cassado a qualquer tempo, quando o local não atenda mais as exigências para o qual fora expedido, inclusive quando ao estabelecimento seja dado destinação diversa.

Parágrafo único - O alvará será cassado, ainda, quando a atividade exercida violar as normas de saúde, sossego, higiene, segurança e moralidade nos termos da Lei Orgânica do Município.

Art. 218-G - O alvará deverá conter:

- I** - nome da pessoa física ou jurídica a que foi concedido;
- II** - CPF/CNPJ do responsável pelo estabelecimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO

- III** - local do estabelecimento;
- IV** - ramo do negócio ou atividade;
- V** - prazo de validade;
- VI** - número de inscrição e número do processo que o originou;
- VII** - horário de funcionamento permitido;
- VIII** - data de emissão e assinatura do(s) responsável(is) pela emissão;
- IX** - condicionantes, se houver;
- X** - demais informações previstas em regulamento.

Art. 218-H - O alvará deve ser colocado em lugar visível para o público e fiscalização.

Art. 7º - Ficam revogados os arts. 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237 e 238-A da Lei Municipal 090 de 24 de dezembro de 2002.

Art. 8º - O art. 238 da Lei nº 090 de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 238 - As infrações apuradas ficam sujeitas às seguintes penalidades:

I - interdição, no caso de estar o estabelecimento funcionando em desacordo com as disposições legais que lhe forem pertinentes, sem prejuízo das multas cabíveis;

II - multas por:

a. falta de pagamento, no prazo previsto pelo calendário fiscal, da TLL, TFF, ou ambas, 100% (cem por cento) sobre o valor do tributo devido;

b. funcionamento sem Alvará, ou com Alvará vencido, 50 (cinquenta) UFM's;

c. não cumprimento do edital de interdição, 100 (cem) UFM's;

Parágrafo único - Em caso de reincidência o valor da multa será aplicado em dobro.

Art. 9º - Ficam acrescidos à Lei nº 090 de 2002 os arts. 329-A e 329-B, com as seguintes redações:

Art. 329-A - Fica instituída a Unidade Fiscal do Município – UFM, cujo valor unitário é de R\$ 41,91 (Quarenta e um reais e noventa e um centavos).

Art. 329-B - O valor da Unidade Fiscal do Município – UFM será automaticamente reajustado em 1º de janeiro de cada ano, com base no índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA-E



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO

Art.10 - A Tabela de Receita nº 02, referente à Taxa de Fiscalização do Funcionamento, anexa à Lei nº 090 de 2002 passa a vigorar conforme o anexo I desta Lei.

Art.11 - Fica acrescida a Tabela de Receita nº 02-A, referente à Taxa de Licença de Localização, à Lei nº 090 de 2002 conforme o anexo II desta Lei.

Art.12 - Fica alterado o §4º do art. 8º da Lei nº 376 de 2017 que passa a vigorar com a redação abaixo apresentada, bem como acrescenta-se o §5º ao mesmo artigo, com a seguinte redação:

Art. 8º -

§4º- O contribuinte poderá optar por deduzir até 30% (trinta por cento) da base de cálculo do serviço, a título de valor dos materiais fornecidos pelo prestador, conforme tipificado no caput deste artigo, sem necessidade comprovação prévia junto ao Fisco.

§ 5º - A autorização disposta no § 4º deste artigo não exime o prestador, quando fiscalizado, de comprovar o fornecimento e incorporação do material à obra.

Art. 13 - Altera o § 4º do art. 40 da Lei nº 376 de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40 -

§ 4º - A atualização financeira que incide sobre todos os tributos vencidos, inclusive parcelas de débitos fiscais consolidados e tributos cujo pagamento for parcelado, será aplicada, anualmente, de acordo com a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – Série Especial – IPCAE do IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou, na falta deste, outro índice que reflita a inflação do período.
.....”

Art.14 - Altera o item 1 do artigo 42 da Lei 376/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42 -

1) Ocorrendo o embargo à ação fiscal de qualquer natureza, aplicar-se-á ao infrator as penalidades abaixo descritas, sem prejuízo as demais penalidades averiguadas e tipificadas na legislação municipal:

a) 7 (sete) Unidade Fiscal do Município - UFM em se tratando de Microempreendedor Individual (MEI) ou Profissional Autônomo;

b) 18 (dezoito) Unidade Fiscal do Município - UFM em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO

c) 70 (setenta) Unidade Fiscal do Município – UFM para as demais empresas, não enquadradas nas alíneas anteriores.

Art.15 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.16 - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tucano, 29 de dezembro de 2020.

LUIZ SÉRGIO SOARES DE SOUZA SANTOS
Prefeito Municipal de Tucano/BA.



AVISO

AVISO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO
CNPJ nº 13.810.312/0001-02



APOSTILA AO CONTRATO Nº 156/2020

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUCANO/BA**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 65, parágrafo 8º da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Estadual nº 4.660/86, **RESOLVE**, mandar expedir a presente Apostila para **incluir FONTE DE RECURSO** ao **Contrato nº 156/2020**, celebrado entre o Município de Tucano e a Empresa **NASCIMENTO E MIRANDA EMPREENDIMENTOS LTDA- ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **10.667.326/0001-20**, com sede à **Rua João Felix de Souza, s/n. 1º andar, Jeremias, Euclides da Cunha- BA, CEP: 48.500-000**, passando a vigorar a seguinte **FONTE DE RECURSO 02**. Preservam-se as demais cláusulas originárias do Contrato. Gabinete do Prefeito, 01 de dezembro de 2020. Luiz Sérgio Soares de Souza Santos, Prefeito Municipal.

Av. Antônio Carlos Magalhães 184, Tucano, BA, 48790-000 Fone 75 3272-2181



DECRETO

DECRETO Nº 143/2020



DECRETO Nº 143/2020, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre dos Agentes Políticos, da
Administração Pública Municipal de
Tucano/BA, e dá outras providências

Art. 1º Exonerar todos os ocupantes de cargos de Agentes Políticos da
Administração Pública Municipal de Tucano/BA.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Tucano/BA, 31 de dezembro de 2020.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

LUIZ SÉRGIO SOARES DE SOUZA SANTOS

Prefeito Municipal de Tucano/BA



DECRETO



DECRETO Nº 142-A, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020.

Determina a baixa no registro de passivo financeiro relativo ao saldo vencidos em abril de 2017 referente a valores objetos de parcelamento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUCANO - Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, e com as conclusões obtidas através do Processo Administrativo nº 310/2020,

DECRETA:

Art. 1º- Fica cancelado na Dívida Flutuante os saldos vencidos em abril de 2017 o montante de R\$ 22.020.270,93, com origem nas rubricas de n.º(s): 2.1.8.8.1.01.02.00.02.01, 2.1.8.8.1.01.02.00.03.01, 2.1.8.8.1.01.02.00.04.01 e 2.1.8.8.3.01.02.00.01.01, devendo o saldo remanescente ser registrado na rubrica específica de parcelamento de nº 2.2.1.4.3.01.01.01.00.000 INSS - DÉBITO PARCELADO (P).

Art. 2º - Fica a contabilidade autorizada a processar os lançamentos de baixa e novo registro do saldo do parcelamento nos Demonstrativos do Razão, Dívida Fundada, Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial no encerramento do Exercício.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tucano - Bahia, em 29 de dezembro de 2020.

LUIZ SÉRGIO SOARES DE SOUZA SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Av. Antônio Carlos Magalhães 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000 Fone 75 3272-2181
CNPJ nº 13.810.312/0001-02



PORTARIA

PORTARIA Nº 223/2020



PORTARIA Nº 223/2020

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUCANO – BA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso XI, da Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria nº 011/2020, publicada no Diário Oficial do Município em 13 de janeiro do corrente ano, que concedeu ao Servidor **ISABEL DE SANTANA CORREIA**, Licença Sem Vencimentos, devendo o servidor comparecer a Secretaria de Educação para que seja procedida sua reinserção no quadro de servidores.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre - se. Publique- se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2020.

LUIZ SÉRGIO SOARES DE SOUZA SANTOS
Prefeito Municipal de Tucano/BA

CLERISTON SANTANA OLIVEIRA
Secretário de Administração



PORTARIAS



PORTARIA Nº 224, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Comissão especial para verificação e baixa de passivo financeiro da Prefeitura Municipal de Tucano seus Fundos e Órgãos integrantes da Administração Direta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUCANO, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeados os Srs. **Isael de Santana Correia** – matrícula 20126, George Santos de Jesus, matrícula nº 19223, Edmilson Santos de Menezes matrícula 19247, para sob a presidência do primeiro, compor a comissão processante para verificar e, se necessário, dar baixa no passivo financeiro, nos termos do Decreto nº 142-A/2020, de 29 de dezembro de 2020.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Tucano – BA, 31 de dezembro de 2020.

LUIZ SÉRGIO SOARES SOARES DE SOUZA SANTOS

Prefeito Municipal

Av. Antônio Carlos Magalhães 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000 Fone 75 3272-2181
CNPJ nº 13.810.312/0001-02